

VANDA APARECIDA DA SILVA | **MUNDO RURAL:**
RENATO MIGUEL DO CARMO | **MITO OU REALIDADE?**
ORGANIZADORES

CIES IUL
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA
Instituto Universitário de Lisboa

ANNA BLUME

CRIA
CENTRO EM REDE
DE INVESTIGAÇÃO
EM ANTROPOLOGIA

S586 Silva, Vanda Aparecida, Org.; Carmo, Renato Miguel do, Org.
Mundo rural: mito ou realidade? / Organização de Vanda Aparecida da Silva e Renato Miguel do Carmo. – São Paulo: Annablume, 2013.
348 p.; 16x23 cm

Workshop sobre Estudos Rurais, realizado em Dezembro de 2008 no ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

ISBN 978-85-391-0499-4

1. Antropologia. 2. Sociologia Rural. 3. Relações Sociais. 4. Espaço Público. 5. Espaço Rural. 6. Espaço Urbano, 7. Identidade Social. I. Título. II. O rural como realidade, III. Teorias e Perspectivas. IV. Actores e Tensões. V. Memória e Reinvenção. VI, Silva, Vanda Aparecida da, Organizadora. VII. Carmo, Renato Miguel do, Organizador.

CDU 572.9

CDD 301.2

Catalogação elaborada por Ruth Simão Paulino

MUNDO RURAL:
MITO OU REALIDADE?

Projeto, Produção e Capa
Coletivo Gráfico Annablume

Imagem da Capa
Sem título, fotografia de Roland Leo Mencke

Conselho Editorial
Eduardo Peñuela Cañizal
Norval Baitello junior
Maria Odila Leite da Silva Dias
Célia Maria Marinho de Azevedo
Gustavo Bernardo Krause
Maria de Lourdes Sekeff (*in memoriam*)
Pedro Roberto Jacobi
Lucrécia D'Alessio Ferrara

1ª edição: fevereiro de 2013

© Vanda Aparecida da Silva e Renato Miguel do Carmo

ANNABLUME editora . comunicação
Rua M.M.D.C., 217. Butantã
05510-021 . São Paulo . SP . Brasil
Tel. e Fax. (55 11) 3539-0226 – Televendas 3539-0225
www.annablume.com.br

Sumário

Introdução: o rural como realidade.....	07
<i>Renato Miguel do Carmo e Vanda Aparecida da Silva</i>	
Parte I – Teorias e Perspectivas.....	13
Opúsculo de sociologia rural: a aventura da aldeia.....	15
<i>Renato Miguel do Carmo</i>	
Entre a McRuralização e o Esquecimento: Que Futuro para o Mundo Rural Português?.....	25
<i>Elisabete Figueiredo</i>	
O estado do campo: contribuição ao debate teórico sobre o rural brasileiro.....	51
<i>João Freire Rodrigues</i>	
Comunidades Rurais e os desafios da sociedade contemporânea.....	67
<i>Josefa Salete Barbosa Cavalcanti</i>	
Parte II – Actores e Tensões.....	83
O mundo rural de Pernambuco, através do olhar de seus jovens.....	85
<i>Maria de Nazareth Baudel Wanderley</i>	

“Nós vivemos para a festa”: associação de jovens, os eventos e acontecimentos festivos.....	105
<i>Vanda Aparecida da Silva</i>	
Semear os milhos, cuidar dos filhos: identidade de gênero e relação com a terra num contexto rural português	123
<i>Ana Luísa Micaelo</i>	
Dos riachos e tabuleiros ao mar: gênero e reconhecimento numa travessia	141
<i>José Carlos Pereira</i>	
Agricultura e ambiente: regadio e risco ambiental na Zona de Influência da Barragem do Alqueva - Portugal	163
<i>Aida Valadas de Lima</i>	
Violação dos direitos e formas de resistência nos canaviais paulistas.....	199
<i>Maria Aparecida de Moraes Silva e Jadir Damião Ribeiro</i>	
Consumindo o ‘local’ no Reino Unido ‘rural’: contradições e dilemas.....	229
<i>Mónica Truninger e Graham Day</i>	
Parte III – Memória e Reinvenção	251
«Fome de terra e de trabalho. Rendimentos e identidades no Ribatejo na segunda metade do século XX».....	253
<i>Dulce Freire</i>	
Imagens do mundo rural na transição democrática portuguesa: o caso das campanhas de dinamização cultural e ação cívica do MFA (1974-1975)	279
<i>Sónia Vespeira de Almeida</i>	
Impactos do turismo em meio rural. Reflexões a partir de Portugal.....	295
<i>Luís Silva</i>	
Agricultura a tempo parcial em periferias urbanas em expansão: o caso do bairro de Conxo (Santiago de Compostela)	315
<i>Daniel Lanero</i>	
Sobre os autores.....	341

Introdução: o rural como realidade

Renato Miguel do Carmo
Vanda Aparecida da Silva

Este livro nasceu de uma evidência que pretende demonstrar ao longo dos vários capítulos que o compõem: afinal o rural existe! É uma realidade concreta e vivida cotidianamente, que não parou no tempo nem estagnou no espaço. E, como tudo aquilo que é real, vive uma transformação constante. Para muitos autores das ciências sociais esta evidência deixou de fazer sentido, pois, tornou-se numa espécie de chalaça que resulta, em parte, de uma insistência produzida por alguns académicos que teimam em não querer ver desaparecer o seu objeto de estudo. É discurso corrente considerar que o rural entrou há muito em vias de extinção e que o mundo é cada vez mais um imenso espaço urbano. Sobram algumas franjas, é certo! Mas estas também têm os seus dias contados: ou se submergem na onda da urbanização ou deixam, pura e simplesmente, de existir. Restando-lhes a memória e o mito. Para esta visão dominante não há alternativa para o rural senão o seu próprio desaparecimento.

Os contributos que constituem este livro, cuja uma boa parte reflete as apresentações no Workshop sobre Estudos Rurais, realizado em Dezembro de 2008 no ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), vêm demonstrar que a realidade é bem mais complexa do que parece ser à primeira vista. Na verdade, em nosso entender, ainda faz sentido falar dos mundos do rural, não por mera teimosia académica ou por defesa de uma perspectiva mais ou menos conservadora, mas porque a sua realidade se produz sistematicamente na vida social das pessoas que inquirimos e das comunidades que estudamos. É o rural que emerge do estudo e da análise dos processos sociais e culturais, não são os investigadores que por sua iniciativa dilatam a escala, supostamente microcós mica, dos fenômenos sociais, como se andassem

Fome de terra e de trabalho. Rendimentos e identidades no Ribatejo na segunda metade do século XX

Dulce Freire¹

Se as *crises alimentares* dos anos 90 tinham enfatizado os debates em torno da qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores, com os recentes aumentos dos preços dos cereais, a questão da quantidade de bens disponíveis nos mercados voltou a estar no centro das análises. Mesmo na Europa Ocidental, a inquietação da fome agitou algumas consciências, acordando fantasmas adormecidos desde a *era de ouro* dos anos 50. Em Portugal, onde a fome endêmica atravessou quase todo o século XX, um possível *regresso* à terra agrícola abandonada nas últimas décadas voltou a merecer discussão e talvez tenha ganho (momentaneamente) mais adeptos.

Ainda que, na Europa Ocidental, a conjugação das dinâmicas econômicas e sociais com as políticas da União Europeia tenha vindo a favorecer o recuo das áreas cultivadas, em algumas regiões a agricultura continua a estar no centro dos interesses e das decisões. Em Portugal, o Ribatejo é uma dessas regiões. Estendendo-se pela lezíria do rio Tejo até às portas de Lisboa, a região concentra a maior extensão da terra mais fértil de que o país dispõe e está acessível aos principais mercados de consumo urbano e de exportação. É antiga e ampla a percepção de que esta é uma região com elevado potencial agrícola, sendo a prodigalidade do vale do Tejo muitas vezes comparada com a do Nilo. O desenvolvimento de uma pesquisa centrada nesta região², ao identificar as relações de poder e a diversidade de objetivos que

1. Investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia.
2. Para esta investigação, que correspondeu ao projeto de doutoramento (para o qual beneficiei de uma bolsa concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia) recorri a diferentes métodos de pesquisa e a várias escalas de análise. A par da consulta de arquivos de âmbito nacional, regional e local, realizei trabalho de campo (14 meses entre 2002 e 2003) no concelho de Alpiarça.

têm estado subjacentes às decisões relacionadas com a exploração dos recursos naturais, contribuiu para esclarecer como é que a atual relevância agrícola tem sido historicamente construída.

No contexto de um país que, até ao início dos anos 60 do século passado, tinha na agricultura o principal contribuinte para o Produto Interno Bruto, o Ribatejo constituiu-se para muitos como uma *terra da promessa*. Verifica-se que, até finais do século XX, este foi um destino muito atrativo para milhares de portugueses que, abandonando as localidades de origem, ambicionavam *melhorar de vida*. Como demonstrarei seguidamente, grande parte dessa atração decorria das oportunidades oferecidas na região para combinar várias formas de acesso à terra com a obtenção de diferentes montantes salariais ao longo da sazonalidade das tarefas agrícolas. No âmbito dos estudos que têm vindo a ser dedicados às sociedades e economias rurais, o desenvolvimento dos argumentos que sustentam estas afirmações visam contribuir para problematizar três questões principais.

A primeira remete para as pesquisas que têm vindo a ser dedicadas a Portugal. A posição relativa do Ribatejo na geografia do país tem ajudado a inserir os concelhos da região (sobretudo os localizados na margem esquerda do Tejo) nos *campos do Sul*. O que tem facilitado a extensão às relações económicas e sociais locais de visões que estabelecem uma divisão dicotómica do país. De um lado, um *Norte* dominado por pequenas propriedades exploradas por camponeses, pouco empenhados em movimentos de *luta* e resistência, avessos a inovações tecnológicas e ideologicamente conservadores. Do outro, um *Sul* onde predominam assalariados rurais dependentes do trabalho oferecido nas grandes propriedades, capazes de afrontar explicitamente os poderes instituídos para reivindicar melhores condições de trabalho e de vida. Enquanto nos *campos do Norte* o acesso à terra seria muito disputado e atenuaria a conflitualidade social, nos *campos do Sul*, pelo contrário, não haveria *fome de terra*, estando as relações laborais no centro da *luta de classes*. No seguimento dos contributos dados por outros estudos recentes para matizar estas visões extremadas dos *campos* portugueses, os resultados da pesquisa desenvolvida no Ribatejo e em Alpiarça permitem afirmar que, pelo menos aqui, a *fome de terra* existiu.

A segunda questão, que se pode inserir nos debates mais amplos acerca dos estatutos sociais e dos mecanismos de politização em contexto rural, decorre da constatação de que em Alpiarça a *fome de terra*, não era incompatível com a *fome de trabalho*, nem com a adesão ao Partido Comunista Português. À semelhança do que aconteceu em outras localidades do Ribatejo e do Alentejo, esta vila ficou marcada por décadas de empenhamento de grande parte da população em *lutas* contra os padrões locais e/ou as ditaduras que governaram

o país (1926-1974). Torna-se assim necessário discutir como, num partido que ideologicamente valorizava os estatutos e as solidariedades operárias e minimizava a capacidade de intervenção política dos camponeses, foi possível uma larga adesão local e o enquadramento organizativo das atividades subversivas protagonizadas pelos alpiarçenses. Entre outros aspectos, esta discussão exige que se analisem as conexões entre estatutos económicos e processos de construção de identidades sociais e locais.

Finalmente, numa época em que continua a apelar-se ao *regresso às fontes* e ao desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares, colocam-se em confronto neste artigo dados quantitativos e qualitativos de diferentes proveniências. Procura-se assim contribuir para aprofundar a complexidade da análise das relações económicas, sociais e políticas em contexto rural. Em Portugal, nas últimas décadas, a escassa inserção de problemáticas rurais e agrícolas nas pesquisas e nos debates das ciências sociais tem facilitado a reprodução de categorias e argumentos descurando, por vezes, a necessárias fundamentações empíricas e revisões teóricas. À semelhança do que tem vindo a ser realizado em outros países e regiões, através da diversificação das perspectivas de análise e da multiplicação de pesquisas tornar-se-á possível criticar e ultrapassar os clichés transmitidos pelas visões elitistas e urbanas (Villares, 2000) sobre os campos e aqueles que os têm povoado.

Este artigo desenrola-se em três partes. Na primeira indaga-se sobre o poder de atração do Ribatejo e a origem de quantos por aqui procuraram *melhorar de vida*. Seguidamente, esclarece-se como é que a terra e o trabalho agrícola eram fontes de rendimentos essenciais para grande parte da população do concelho. Na última parte, analisam-se os discursos e os processos de construção identitária dos grupos sociais localmente majoritários.

EM BUSCA DA TERRA DA PROMISSÃO

A região do Ribatejo estrutura-se em torno do troço final do vale do rio Tejo que, nascendo em Espanha, desagua em Lisboa. As margens do rio constituem-se como imensas campinas quase planas, férteis e irrigáveis. De cada um dos lados do estuário, que localmente recebe a denominação de *lezíria* ou *campo*, a região estende-se para as pequenas elevações em redor. Na margem esquerda do rio, essas zonas arenosas, irregulares e menos férteis são designadas por *charneca*. Para os geógrafos, o Ribatejo é uma zona de elevado poliformismo que faz a transição entre o litoral e o interior, entre a diversidade paisagística da Estremadura e a monotonia do Alentejo (Ribeiro, Lautenssach, Daveau, 1991: 1258-1259).

No concelho de Alpiarça encontra-se a diversidade geográfica e ecológica dominante na margem esquerda do rio³. Esta é uma das povoações que cresceu ao longo do traçado da estrada nacional que durante séculos foi a principal via de comunicação terrestre para as ligações Norte/Sul no país (a actual Estrada Nacional nº118). No interior da vila, a estrada transformou-se na rua mais importante, o eixo onde se concentravam as atividades comerciais e o exercício do poder político. Em meados do século XIX, o pequeno aglomerado urbano era conhecido como a aldeia da Ponte de Alpiarça, tendo sido a partir das últimas décadas desse século que cresceu e se tornou uma das povoações mais densamente povoadas da região (Freire, 2007: 139-176). O destaque populacional, econômico e político conduziu a que a aldeia fosse promovida a vila no início do século XX e a sede de concelho pouco depois (1914).

A rua principal estende-se no limiar do *campo* e da *charneca*. Para os alpiarcenses talvez esta seja uma afirmação pouco precisa. Em meados do século XX, a distinção entre *campo* e *charneca* não tinha apenas um aceção agrícola e ecológica, tinha também implicações identitárias, sócio-econômicas e ideológicas. Como constatei durante o desenrolar da pesquisa, na *geografia sentimental* dos mais antigos habitantes da vila, a charneca é um lugar remoto e pouco afetivo e uma designação *imprópria* para estender até ao centro histórico. Entendo que os distintos significados locais assumidos pelo *campo* e pela *charneca* estão intimamente vinculados não só aos ritmos de povoamento, como ainda ao prestígio e aos rendimentos proporcionados pela terra.

A pesquisa que realizei mostra que o crescimento populacional da vila e do concelho de Alpiarça, e provavelmente o de outras povoações ribeirinhas, está estreitamente ligado não só à promessa de trabalho, como tem sido referido para o *Sul* por vários autores que têm analisado as dinâmicas rurais no Portugal contemporâneo, mas também às possibilidades de aceder a terra, o que raramente tem sido tido em conta quando se estuda o *Sul*. Nesta zona da margem esquerda do Tejo, as ofertas de trabalho e de terra cresceram, sobretudo entre meados do século XIX e meados do século XX, e ambas estão associadas às tentativas de maximizar a exploração dos recursos naturais disponíveis.

O aumento da oferta de trabalho decorria principalmente da proliferação da vinha. Por um lado, as mudanças nos processos de cultivo necessárias para

enfrentar a praga da filoxera⁴, tornaram as cepas capazes de frutificar tanto nas encostas secas e arenosas, semelhantes às da *charneca*, como em locais húmidos e inundáveis parecidos com o *campo*. Verifica-se que, a partir das últimas décadas do século XIX, por toda a Europa vinhateira as cepas foram descendo dos ecossistemas áridos e acidentados a que historicamente estavam adaptadas, para as várzeas férteis e irrigáveis. Tanto na Europa como em outros Continentes, as mudanças introduzidas para combater a filoxera articularam-se com o alargamento da área com vinha. Nos anos 40, a cultura era de tal forma dominante em Alpiarça e nos concelhos vizinhos, que estes eram referidos como “um vinhedo pegado” (Júnior, 1946).

Por outro lado, os procedimentos de cultivo pós-filoxera traduziram-se na multiplicação de tarefas exigidas pelas cepas, o que aumentou a procura de mão-de-obra com várias qualificações. A vinha passou a exigir cuidados constantes. No quadro de uma agricultura marcada pela estrita sazonalidade das fainas necessárias para as outras culturas, a vinha dava a ilusão de oferecer trabalho toda a *roda do ano*. Ainda que essa fosse uma promessa vã para a larga maioria dos trabalhadores, as maiores possibilidades de obter um salário regular alimentavam as esperanças de quantos não tinham alternativas laborais fora da agricultura. Quer para o Ribatejo, quer para outras regiões, vários autores propalaram durante décadas que a vinha tinha uma incomparável capacidade para atrair e fixar população, atribuindo-lhe um forte poder *colonizador* (Freire, 2010). Os técnicos do Estado que nos anos 40 do século XX fizeram inquéritos no Ribatejo e Alentejo também estabeleceram uma relação direta entre a densidade da vinha e da população. Referem, por exemplo, que o “aumento aproximado de 50% na densidade populacional do distrito de Santarém em relação aos outros mencionados [Portalegre, Évora e Beja], deverá ser motivada pela influência exercida pela cultura da vinha e do olival” (Afonso, Ferreira, 1948: 32).

Todavia, estes e outros autores não conferem relevo à disponibilidade de terra nem à multiplicação de tentativas, postas em prática desde meados de oitocentos, para maximizar os rendimentos dela retirados. Se é antiga a atração exercida por este vale extenso e fértil, verifica-se que algumas das mudanças ocorridas durante o século XIX permitiram alargar o acesso e intensificar a exploração dos recursos aqui existentes. Na sequência das medidas publicadas depois da Revolução Liberal – entre as quais, as relativas à desamortização

3. Em meados do século XX Alpiarça era um dos 21 concelhos do Distrito de Santarém, ao qual se tinha sobreposto nos anos 30 a demarcação da região do Ribatejo. Nessa altura, como hoje, o concelho era constituído por apenas uma freguesia e ocupava uma área de 94 quilómetros quadrados.

4. Em Portugal, esta doença, que dizimou os vinhedos da Europa, manifestou-se no início dos anos 60 do século XIX e exigiu um forte empenhamento das autoridades públicas e dos proprietários para que fosse controlada e erradicada (Martins 1991).

dos bens nacionais, que colocaram no mercado fundiário vastas áreas até aí indivisíveis e incluídas nos patrimônios da Coroa e da Igreja -, surgiram ou consolidaram-se na região grandes *casas de lavoura*. Para aproveitar as vantagens e complementaridades dos diferentes ecossistemas, os domínios dessas *casas* estendiam-se muitas vezes pela lezíria e a charneca. Nas décadas seguintes, o impacto de nova legislação (sobre heranças, por exemplo), das estratégias familiares, das dinâmicas sociais e econômicas foram favorecendo a fragmentação de alguns destes patrimônios fundiários.

A par das mudanças de âmbito nacional, na área integrada no concelho de Alpiarça ocorreram outras que também contribuíram para alargar a oferta de terra susceptível de ser cultivada. Uma foi dádiva da natureza, desde logo acarinhada por quase todos: no troço da margem do Tejo inserido no concelho surgiu um mouchão⁵ que foi crescendo com o assoreamento do rio. Em meados do século XX correspondia a cerca de 600 hectares de solo de *classe A*, o topo da classificação. Boa parte desta área ganha ao rio tornou-se património do Estado e esteve submetida a sucessivos contratos de arrendamento, entre 1690 e 1961. Contudo, nas orlas da propriedade do Estado alguns hectares, à medida que eram *roubados* ao leito do rio, foram sendo apropriados por habitantes locais e deram lugar a uma zona de parcelas intensamente disputadas.

Enquanto a natureza fazia ampliar este mouchão, a povoação foi uma das mais beneficiadas pelas obras de hidráulica promovidas pelo rei D. Fernando II. Em meados do século XIX, o brigadeiro Júlio Guerra conduziu as intervenções que permitiram regularizar o leito e as margens da ribeira de Alpiarça (um afluente do Tejo), secar pântanos, prevenir a erosão e as inundações. Apesar de terem ficado sem a projetada continuidade, essas obras melhoraram as condições de salubridade em que vivia a população e recuperaram para a agricultura várias dezenas de hectares de excelente solo⁶.

Entretanto, o aumento demográfico, registado no país a partir da segunda metade do século XIX, impulsionava o aproveitamento de todos os recursos disponíveis e estimulava os movimentos de população para zonas menos explo-

5. Esta designação aplica-se às pequenas ilhas que nascem no leito do rio e que por vezes, como neste caso em Alpiarça, acabam por se juntar à margem do rio. Desde o século XVIII que, a par de muitos que os defendiam, vários autores aconselharam a destruição dos mouchões por considerarem que aumentavam o poder destrutivo das inundações.

6. Em finais dos anos 30, Noronha e Andrade (1938:44) calculava que 1.355:335 m² de terrenos recuperados pelas obras de enxugo tenham sido logo cultivados; cerca de 1.597:112 m² tenham sido recuperados mas não cultivados; estando, em finais dos anos 30, cerca de 421:596 m² ainda alagados por incúria dos proprietários. No total teriam sido recuperados 3.365.053 metros quadrados de terra fértil.

radas. O Ribatejo, tal como o Alentejo e outras regiões, encontrava-se na rota destas migrações, temporárias ou definitivas, protagonizadas pelos habitantes das aldeias que se multiplicavam a montante. Estes movimentos populacionais que têm na componente agrícola um elemento determinante devem ter-se tornado mais intensos a partir das últimas décadas do século XIX. Apesar de ser difícil determinar a data em que cessaram, parecem ter perdido relevância a partir dos anos 60 do século XX.

A pesquisa realizada em Alpiarça permitiu constatar que, como em outros movimentos populacionais prolongados no tempo e distendidos no espaço, as redes informais de parentesco e vizinhança funcionaram como meio de informação e de estrutura de apoio, facilitando a deslocação e fixação das famílias. Tanto os que foram ficando como os que aqui passaram períodos mais ou menos prolongados puderam testemunhar as melhores condições oferecidas pelo Ribatejo para as práticas agrícolas. Mesmo nas zonas da *charneca*, que os técnicos oficiais consideravam inóspitas, as características ecológicas seriam preferíveis àquelas que estes migrantes estariam habituados a encontrar nas serras calcárias ou xistosas de onde provinham. A *lezíria*, então, constituía-se para muitos como a *terra da sua ambição*: uma fonte de riqueza e um símbolo de prestígio social que desejavam obter.

Os dados recolhidos indiciam que grande parte dos habitantes de Alpiarça é descendente de migrantes⁷ que vieram atraídos pelas promessas de mais facilidades de acesso ao trabalho e à terra oferecidas pela *borda d'água*. Esta atração e a relação entre as possibilidades de acesso à terra e ao trabalho foram descritas em meados do século XIX por Tiago do Couto, que era médico em Alpiarça e nas localidades vizinhas. Nota esta testemunha ocular que “em havendo qualquer porção de terreno para aforar não chega (como se costuma dizer) para as encomendas” (Couto 1991:33). Por isso, continua, “todos aqui, ou quase todos são proprietários” e estando “a propriedade até certo ponto dividida no tempo dos trabalhos, os braços escasseiam porque querem acudir a eles; e já se vê que os seus estão primeiro” (Couto 1991:33). Nas décadas seguintes, estes fatores combinados com o aumento das tarefas da vinha e a escassa mecanização da agricultura, vão continuar a exigir crescentes contingentes de mão-de-obra.

Nas narrativas locais, a maior parte daqueles que se foram fixando no concelho começaram por vir integrados nos ranchos sazonais que se deslocavam para

7. Esta tendência atravessa todos os grupos sociais. Alguns dos mais emblemáticos proprietários, dos quais o mais conhecido será o líder republicano José Relvas, que marcaram a vida local durante o século XX também tinham origens pessoais ou familiares em outros concelhos (Custódio, 2000).

as vindimas (Setembro/Outubro) ou para as *curras da vinha* (Fevereiro/Maio). Estes membros dos ranchos, muitos dos quais adolescentes e solteiros, nem sempre iam trabalhar para a mesma localidade e se ficaram em Alpiarça foi porque aqui arranjaram “algum namorico” ou uma casa de lavoura que lhes deu “trabalho mais continuado”. Se para muitos, estas estadias corresponderam a uma fase da vida em que andavam à procura de uma oportunidade que lhes garantisse meios de subsistência, outros acabaram por aqui “arrumar a vida”: casaram e foram «fazendo alguma seara» e “andando à jorna” quando havia mais aperto de trabalho. Tal como os outros que já eram residentes, ficavam atentos às oportunidades para *melhorar a vida* e, ainda que a comunidade possa não ter perdido a memória da sua origem⁸, tornaram-se alpiarcenses. Este não era um estatuto meramente administrativo, como veremos mais adiante, tinha fortes significados identitários e era decisivo no desenrolar da materialidade do cotidiano.

Os migrantes e os seus descendentes que se instalam no concelho estão a tentar *vencer na vida*, e, numa zona onde os rendimentos e a concorrência são mais fortes, procuram reagir aos vários estímulos e aproveitar as oportunidades que lhe permitam perseguir esse objetivo. Como tem vindo a ser demonstrado para a Galiza e para o Norte de Portugal (Silva 1998; Fernández Prieto 2000, 2004), isso não significa que os camponeses dessas aldeias não estivessem atentos às novidades, mas que no Ribatejo a economia é mais dinâmica e há mais oportunidades. Mas também, como constatou Henri Mendras (1984) para França, porque estão mais libertos dos constrangimentos sociais e morais que os envolviam nas localidades de origem e que os colocavam num quadro social mais rígido e, quase sempre, de subalternidade. No Ribatejo estão num contexto social em que a grande parte dos habitantes está a tentar construir o seu próprio destino, há pessoas de diversas proveniências, com diferentes experiências, mas com objetivos semelhantes: sair das situações de carência e precariedade crônicas. E, à semelhança do que faziam os conterrâneos que emigravam para as Américas ou Europa, privilegiavam um estilo de vida frugal, já que a prioridade era consolidar os rendimentos familiares. Em Alpiarça, essas ambições individuais atravessam as memórias coletivas, no quadro das quais se vai, tanto procedendo à reatualização das trajetórias familiares ascendentes

8. Alguns dos meus informantes indicaram-me as casas onde pelo menos um dos membros do casal era *caramelo* (a designação regional para os migrantes sazonais que vinham das aldeias a montante). Eram, sobretudo, mulheres que tinham casado na vila. À medida que se sobe do centro histórico para a charneca é mais frequente encontrar membros masculinos e femininos da primeira geração de migrantes.

e descendentes, como à reconstituição dos percursos emblemáticos de alguns *lavradores* que começaram por ser *pobres* e se tornaram *ricos*⁹.

O cruzamento das memórias locais com os documentos guardados nos arquivos do Estado, mostra que, entre finais do século XIX e início do seguinte, as estratégias de mobilidade social foram facilitadas pelas possibilidades de adquirir ou explorar parcelas de terra com diferentes características dentro do concelho. Nesta altura, o mercado fundiário parece ter estado muito dinâmico e se há informações que dão conta do desmoronar de algumas das *casas* simbólicas da vila, outras indiciam o início ou a consolidação de percursos ascendentes por parte daqueles que tiveram acesso às terras mais férteis. Durante o Estado Novo, não só o mercado fundiário é menos dinâmico e mais seletivo, apenas admitindo os que tinham maior folga financeira, como se esgota no concelho e nas redondezas a *reserva* de novas terras para desbravar.

Contudo, mesmo nestas décadas, com um regime político em que a ideologia dominante e a legislação tendiam a contrariar os processos de mobilidade social, verifica-se que a maior parte dos alpiarcenses continua a projetar no acesso à terra, sobretudo se for na lezíria, as ambições de *melhorar de vida*. Como analisarei nos pontos seguintes, a *fome de terra* dos alpiarcenses não cessa com a escassez deste recurso no perímetro do concelho. Apesar de, nos anos 60, os empregos disponibilizados pela industrialização do país ou a emigração estarem a atrair muitos candidatos, milhares de alpiarcenses continuaram a ambicionar explorar terra. E vão procurá-la, quer no país, quer além-mar¹⁰.

Nos anos 50 e 60, a larga maioria daqueles cuja subsistência estava vinculada aos rendimentos do trabalho e da terra, tiveram de alargar a busca de um pedaço para cultivar para lá do perímetro do concelho. Alguns começaram por se tornar *seareiros* nas redondezas. Mas na década de 60, os *campos* de Vila Franca (um troço da lezíria do Tejo localizado mais próximo de Lisboa e que tinha beneficiado das obras de enxugo promovidas pelo Estado) tornaram-se o destino preferido destes alpiarcenses e dos congêneres dos concelhos vizinhos.

9. Os percursos das famílias ligadas às maiores *casas de lavoura* podem ser acompanhadas em três volumes amplamente ilustrados publicados pela Câmara Municipal (Custódio, 2000).

10. Quando, no início dos anos 50, o Estado Novo entreabriu uma oportunidade para explorar parcelas nas colônias africanas, os alpiarcenses manifestaram com persistência a vontade de partir. Em 1953, dirigiram-se à Câmara Municipal de Alpiarça “inúmeros indivíduos que desejariam fixar-se com suas famílias nas nossas Províncias Ultramarinas” (AHCMA, Reg 744, M-5, Ministérios Diversos, 1949-1958, 24-4-2953). Um ano depois, constando que “esteve recentemente no vizinho Concelho de Coruche um “senhor Engenheiro” com missão de recrutar colonos para o Ultramar, e tanto bastou para que de novo voltasse a dirigir-se-nos alguns trabalhadores locais em tal interessados, a fim de – consoante os haviam informado, diziam – se inscreverem na Câmara como pretendentes a colonos” (*ibidem*, 13-5-1954).

Através de contratos verbais subarrendavam uma parcela (geralmente de 0,5 ou 1 hectare) para uma seara de melão, assegurada pelos dois membros do casal. A saga dos *seareiros de melão*, que entre Fevereiro e Agosto estavam ausentes da vila e residiam em pequenas cabanas de madeira junto da cultura, preenche as memórias e dá sentido às narrativas dos protagonistas. As narrativas, ao mesmo tempo que revelam os diversos significados dessas experiências nos percursos individuais e familiares, mostram como foi possível articular as melhores épocas para obter um salário com a exploração da terra: entre Novembro e Março ocupavam-se nas tarefas da vinha; na Primavera e no Verão (em que havia menos que fazer nas vinhas) faziam a sementeira, zelavam pelo crescimento e procuravam vender pelo melhor preço o melão que produzissem; em Setembro estavam de regresso a Alpiarça para fazer as vindimas.

Ainda que as mudanças da década de 70 não sejam analisadas neste artigo, vale a pena referir que os impactos da crise econômica internacional e das mudanças políticas internas contribuíram para redinamizar o mercado fundiário, levando a que centenas de hectares saíssem da posse dos antigos proprietários e fossem adquiridas por outros. A par do funcionamento deste mercado, as experiências de *reforma agrária revolucionária* levadas a cabo no concelho também contribuíram para satisfazer, pelo menos temporariamente, a *fome de terra*. Grande parte dos protagonistas dessas experiências desdobrava-se há muito entre a seara e a jorna, ao mesmo tempo que estavam atentos às possibilidades de aceder a uma parcela que lhe evitasse a *vida de cigano* nos campos de Vila Franca. Em Alpiarça, mais do que assegurar um salário, os protagonistas da reforma agrária desejavam ter acesso mais amplo à terra que há muito cobijavam e da qual conheciam todos os *segredos* de exploração.

Assim, apesar de nesta década e nas seguintes, a intensificação da utilização dos recursos naturais já não estar dependente da quantidade de mão-de-obra disponível, de se terem diversificado as possibilidades de trabalho regular, de as trajetórias de povoamento se estarem a desligar das modalidades de exploração da terra, o acesso à propriedade e aos contratos indiretos continuou a atrair muitos alpiarçenses. Atualmente, no concelho o acesso à terra continua no centro de várias disputas e a agricultura (intensiva e industrializada) é uma das fontes de rendimentos e de trabalho a que recorrem os habitantes locais e, também, alguns migrantes recentes.

FONTES DE RENDIMENTOS E CLASSIFICAÇÕES OFICIAIS

Os dados reunidos em fontes qualitativas e quantitativas de diversas origens indicam que pode não existir correspondência entre os vários estatutos

econômicos e sociais concedidos aos alpiarçenses pelos técnicos do Estado, o lugar social que lhes é atribuído localmente e a forma como os próprios se percebem. As diferentes classificações e entendimentos não se traduzem em categorias ideologicamente inócuas ou social e politicamente inconsequentes. Antes pelo contrário, não só influenciaram as atitudes dos alpiarçenses, as decisões dos órgãos centrais do Estado e a atuação das entidades locais, como têm tido implicações nas interpretações dos cientistas sociais.

No âmbito da consolidação do Estado moderno, as estatísticas oficiais tornaram-se um dos instrumentos essenciais para o exercício do poder, favorecendo a construção de visões hierarquizadas e simplificadas das realidades locais (Scott 1998). Uma dessas fontes, produzida pelo Estado português em 1960¹¹, indica que residiriam em Alpiarça 7856 indivíduos. Destes mais de 1100 não estavam presentes no concelho, informa-se que 74 estavam temporariamente ausentes. Mas não sabemos os destinos dos restantes. Poderemos perguntar: seriam trabalhadores ou seareiros sazonais? estariam presos? teriam emigrado clandestinamente? será falha estatística? Na mesma fonte, a população ativa residente (todos os que têm mais de 10 anos de idade) soma 6864 indivíduos, considerando-se que 38 estão desempregados e 498 inativos (destes fazem parte 20 reformados e 302 estudantes). Quando são explicitadas as profissões desta população ativa residente, verifica-se que as estatísticas apenas contemplam 3711 indivíduos (2635 aparecem sob a categoria agregada de agricultores, pescadores, silvicultores e trabalhadores equiparados; estando os restantes repartidos por várias profissões nos setores secundário e terciário). Nada se diz sobre os restantes 3150 indivíduos que são contabilizados nesta população ativa. Assim, juntando a estes os mais de 1000 dados como ausentes, verifica-se que dos 7856 indivíduos residentes, para quase 4200 não se conhecem as fontes de rendimentos, nem a relação que têm com o trabalho e a terra.

O recenseamento geral da população acaba por remeter para a invisibilidade mais de metade da população do concelho de Alpiarça. É certo que existem outras fontes estatísticas que fornecem mais alguns dados sobre a população rural, mas os diferentes critérios de classificação e de níveis de agregação dificultam as comparações e não as tornam mais esclarecedoras. Por exclusão de partes, esses mais de 4000 mil alpiarçenses poder-se-iam designar, como fazem outras fontes oficiais, de *sem profissão definida* ou de *trabalhadores*

11. Uso o recenseamento da população desse ano (*X Recenseamento...* 1960) porque 1960 acaba por funcionar como um ano charneira, retratando o país antes das profundas mudanças econômicas e sociais que atravessaram os territórios rurais a partir dessa década e que já são notórias no recenseamento de 1970.

indiferenciados. A existência de largos contingentes de residentes que poderiam ser integrados nestas categorias tem sido apontada como uma das características dos concelhos do *Sul*, onde dominava a propriedade concentrada e uma economia assente na exploração extensiva de sequeiro. Esses residentes seriam trabalhadores agrícolas, dependentes do salário obtido por conta de outrem e sazonalmente desempregados. Ainda que a falta de estudos não permita ter visões mais aproximadas dos cotidianos laborais e das fontes de rendimentos de grande parte dos habitantes destas povoações, a análise centrada em Alpiarça mostra não só a complexidade dos estatutos económicos e sociais de quantos aí residiam em meados do século XX, como as dificuldades de classificação enfrentadas pelos técnicos oficiais.

Os dados reunidos em vários relatórios realizados pelos técnicos que percorreram a região indicam que, entre as décadas de 50 e 60, existiriam no concelho à volta de 700 proprietários, distribuídos pela lezíria e pela charneca. A maior parte destes tinha as suas explorações agrícolas fragmentadas e dispersas, apenas 136 detinham uma única parcela. Eram os maiores proprietários que tinham o património fundiário mais fragmentado, enquanto os mais pequenos tendiam a ter apenas uma ou duas parcelas de terra. Contudo, os dados relativos à posse de terra são insuficientes para avaliar o estatuto económico de um agricultor ou proprietário. É necessário também ter em conta a capacidade de cada um para assegurar formas indiretas de acesso à terra e, ainda, se essas parcelas estão localizadas na charneca ou na lezíria. Se em meados da década de 50, os arrendamentos correspondiam a 25% e as parcerias a 10% do território do concelho (Valente, Sampaio, 1955) é difícil avaliar a evolução dessas percentagens. Na verdade, estes são valores meramente indicativos, já que, como referem outros engenheiros em 1962 (Silva *et al* 1962), eram habituais tanto contratos escritos como verbais, sendo que estes últimos raramente deixaram rasto documental.

Uma parte desses contratos estava relacionada com as modalidades de exploração da charneca. No século XIX, a charneca (que correspondia a cerca de 7300 hectares, 65% da área do concelho) estava integrada nas maiores quintas do concelho, que, tradicionalmente, abrangiam zonas florestais e terras de sequeiro e regadio. No entanto, perante a intensificação da procura, alguns desses proprietários foram destacando e vendendo pequenas porções ou optaram por parcelar essas áreas e arrendá-las àqueles que estivessem dispostos a desbravá-las e a torná-las produtivas. Entre finais do século XIX e as primeiras décadas do seguinte, numa modalidade de reforma agrária que se estendeu pelo Ribatejo e Alentejo e que ficou conhecida por *colonização espontânea*, diversos proprietários dividiram zonas de sequeiro das suas quintas em parcelas (medindo entre dois e sete hectares) que atraíram os muitos candidatos a um quinhão de terra. Ainda

que na época a atitude dos proprietários tenha sido muito elogiada pelos seus pares que faziam parte da elite política e *modernizadora*¹², não existem análises aprofundadas que permitam avaliar o percurso desses agricultores, nem as modalidades contratuais que lhes davam acesso à terra.

O caso de Alpiarça mostra que as situações contratuais e os destinos destes agricultores podem ter sido muito diversos. Na charneca do concelho formaram-se dois núcleos de *cultivadores*: um na Quinta da Goucha e outro na Herdade do Vale da Lama (Freire 2007: 421-446). O segundo não chegou a durar 30 anos: após um parcelamento assente na *palavra do fidalgo*, que era o proprietário, durante a segunda década do século XX, esses 150 agricultores foram implacavelmente expulsos da herdade em meados dos anos 50 e dispersaram-se pelas povoações em redor desta. Os proprietários da Quinta da Goucha também tentaram várias vezes despedir os *cultivadores* das parcelas. Mas um processo ganho em tribunal nos anos 40 e a resistência dos agricultores em abandonar as terras mostram que as condições legais em que se encontravam eram diferentes. Nos anos 60, quando a tensão com os rendeiros levou o proprietário a vender esta parte da quinta ao Estado, existiam aqui 900 titulares, que exploravam cerca de 1700 hectares. Depois da Revolução de 1974, o Estado foi facultando o acesso à propriedade plena. Atualmente esta zona continua parcelada, intensamente cultivada e povoada, enquanto a área que correspondia à Herdade do Vale da Lama pertence a uma empresa multinacional agro-pecuária e está submetida a exploração extensiva.

É difícil avaliar como é que estas centenas de agricultores são referenciadas nas estatísticas oficiais. É provável que no recenseamento de 1960 estes proprietários, rendeiros e *cultivadores* da charneca façam parte da categoria profissional de agricultores e que nas estatísticas agrícolas sejam incluídos nas *explorações familiares perfeitas*, contribuindo para que esta seja a categoria maioritária que as estatísticas oficiais atribuem ao concelho. Contudo, esta designação tende a homogeneizar estatutos económicos e sociais que poderiam ser localmente bastante diferentes. Na realidade, muitos conseguiam quase sempre pela combinação de diversas modalidades de acesso à terra (propriedade, arrendamentos, subarrendamentos, parcerias) alargar a área da exploração e acabavam por recorrer, pelo menos para algumas tarefas, a mão-de-obra assalariada. Enquanto outros, não encontrando ocupação nas diminutas parcelas familiares procuravam assiduamente trabalho por conta de outrem. Os menos afortunados eram conhecidos pela designação geral de *cultivadores da charneca*, mas os mais bem

12. Mas, comparando diferentes dados disponíveis, Oliveira Baptista concluiu que os rendeiros viviam em condições precárias (Baptista, 1993).

sucedidos eram considerados *fazendeiros*. Alguns destes estavam entre aqueles cuja trajetória social ascendente lhes tinha permitido ultrapassar a precariedade da jorna, assegurar o acesso a alguma parcela na charneca e, após uma vida ou várias gerações de poupanças, descer para a *terra da sua ambição*: a lezíria.

Um inquérito realizado no início dos anos 60 pelos técnicos do Estado mostrou que nos 1654 hectares de lezíria que não estavam inseridos em grandes quintas, existiam 646 prédios rústicos. Ainda que nesta área se contassem 351 proprietários, que também poderiam ter parcelas na charneca, a maior parte (226) possuía dois hectares (correspondendo a uma ou a várias parcelas) e sete, considerados grandes proprietários, tinham mais de 50 hectares (divididos por entre uma a nove parcelas)¹³. Também aqui cada um destes proprietários procurava constantemente formas indiretas de acesso à terra. Apesar das condições de exploração e dos rendimentos obtidos da terra serem assuntos em que os alpiarcenses continuam a manter mais reservados (evitando falar sobre o assunto), algumas fontes permitem constatar que as maiores *casas de lavoura* também assentavam em patrimônios fundiários fragmentados, dispersos e arrendados¹⁴. Contudo, mesmo que não fossem proprietários de uma parte das parcelas que exploravam, eram aqueles que tinham acesso a maior quantidade de terra na lezíria que mereciam a nomeação regionalmente mais prestigiante: *lavradores*.

O vocabulário regional estabelece designações específicas para aqueles que estavam no topo da hierarquia – primeiro os *lavradores*, seguidos dos *fazendeiros* –, mas tem formas menos precisas para nomear os agricultores e proprietários que não pertenciam à elite econômica e/ou política. Conforme os contextos e os objetivos, estes podem ser referidos como *cultivadores*, *agricultores*, *camponeses*, *seareiros*, *pequenos proprietários*, *rendeiros* e, também como *jornaleiro*, *trabalhadores rurais* ou *agrícolas*, *assalariados rurais* ou *operários agrícolas*. Com o desenrolar desta pesquisa constatei que, por um lado, nos discursos produzidos localmente atribuir a alguém a designação de *trabalhador*, *jornaleiro* ou *assalariado*, não significa que estivesse afastado do acesso à terra. Por outro, se a mobilidade social local dificilmente contemplava a despromoção dos *lavradores*, e mesmo dos

fazendeiros, admite facilmente que os outros assumam e sejam designados de formas diversas. Na verdade, a tênue fronteira que separa cada designação pode deslocar-se não só ao longo da vida, como durante o decurso do ano agrícola.

Os técnicos do Estado que têm por missão verter a economia e a sociedade locais para relatórios diversos, não recusam estas ambiguidades. Por exemplo, ao classificarem as empresas agrícolas existentes na lezíria no início dos anos 60, os técnicos referem, sem surpresa, que de entre os 295 empresários individuais identificados, 50 eram trabalhadores rurais¹⁵. Cerca de quinze anos antes, outros técnicos do Estado também valorizam a componente salarial que constitui os rendimentos domésticos, negligenciando os que têm outras origens. Quando faziam inquéritos no Ribatejo e Alentejo, referem que em Santarém, ao contrário do que acontecia nos distritos de Portalegre e Évora, os retratos de famílias dos grupos sociais mais desfavorecidos não incluíam nenhum caso em que houvesse dependência exclusiva do salário. Mesmo as famílias de mais baixo nível de vida conjugavam os rendimentos da exploração agro-pecuária com os provenientes do trabalho sazonal. Dos cinco exemplos apresentados, apenas num, o salário atinge 79 por cento dos rendimentos, sendo que nos restantes essa percentagem varia entre 29 e 44 por cento. Verificam que ser assalariado agrícola é uma das ocupações temporárias que faz parte do percurso laboral dos chefes de família¹⁶. Contudo, mesmo depois de mostrar que os rendimentos domésticos com origem no salário são mais baixos do que os de outras proveniências, a classificação atribuída a estes chefes de família valoriza essa componente. Consideram que um é “trabalhador rural temporário com uma gleba aforada e pequenos prédios rústicos”, dois são “trabalhador rural temporário e pequeno rendeiro”, outro é “trabalhador rural temporário, pequeno rendeiro e seareiro”, o último é “trabalhador rural temporário, pequeno rendeiro e proprietário” (Afonso, Ferreira 1948:51-57).

15. Para além desta, os técnicos distinguem mais três categorias: proprietários-lavradores (37), fazendeiros (143), outras profissões (65).

16. O percurso destes chefes de família, que confere com os dados recolhidos durante o trabalho de campo, mostra como foram conciliando o acesso à terra e ao trabalho: um foi vendedor ambulante até aos 18 anos, a seguir trabalhador rural temporário, ao mesmo tempo explorava três prédios rústicos (que somavam menos de três hectares), um dos quais é aforado; outro, trabalhou como jornaleiro até aos 18 anos, a seguir dedicou-se ao comércio de lenha e carvão, mais tarde foi *manageiro* e, depois de ter exercido outras atividades, regressou à situação de trabalhador rural; outro é jornaleiro e simultaneamente traz arrendada uma courela com 21 hectares e faz também uma seara em parceria (Afonso, Ferreira 1948: 51-57).

13. Como salientam os técnicos «parece-nos que um indivíduo que tenha ou explore, aqui [na lezíria], 4 ha de vinha não pode ser equiparado com um outro que possua igual, ou mesmo mais área em terras da charneca, quer seja no Ribatejo, quer seja no Alentejo» (Silva et al., 1962: 19). Observações deste teor não podem ser ignoradas quando se analisam os dados das estatísticas oficiais, que tendem a estabelecer as categorias sociais com base na extensão da propriedade, não tendo em conta as características do solo, nem as culturas e os níveis de produtividade obtidos.

14. Uma dessas fontes é constituída pelas portarias de expropriação publicadas no *Diário da República* no âmbito da *reforma agrária revolucionária* que se seguiu a 25 de Abril de 1974.

O cruzamento de fontes escritas e orais permite esclarecer quais os percursos de vida e as ambições de grande parte dos habitantes de Alpiarça e, aparentemente, de outros concelhos do Ribatejo. É necessário reter dois aspectos pertinentes para as problemáticas tratadas neste artigo. Por um lado, a promessa de mais facilidades no acesso ao trabalho e à terra oferecidas por esta zona foi favorecendo a fixação de migrantes das regiões a montante, onde predominavam as explorações familiares. Quase todos os meus informantes, que constituem uma pequena amostra, tinham pelo menos um dos avós ou pais que nascera num concelho dos distritos de Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda ou ainda mais a Norte. Entretanto, alguns tinham perdido os laços com a povoação e a família de origem, mas outros continuavam a mantê-los.

Por outro lado, mesmo quando os técnicos os classificam como trabalhadores rurais e estes se dizem trabalhadores ou como fazendo parte de uma família de trabalhadores, a maior parte destes alpiarcenses não tinha no salário a única ou mesmo a principal fonte de rendimentos. Muito frequentemente combinavam a exploração de terra própria e/ou alheia com o ritmo das diversas tarefas exigidas pelas culturas regionais. Assim, quer pelos processos de socialização em comunidades camponesas durante a infância e a adolescência, quer pelas possibilidades de praticar e ampliar esses conhecimentos ao longo da vida ativa, grande parte dos habitantes tinha uma *visão global* do processo de produção: participava nas diversas fases que compõem o ciclo produtivo das culturas e estava atento ao curso dos mercados, dos quais dependia o montante de rendimentos auferidos. Os mais hábeis acabavam por se dedicar apenas a funções especializadas (como a poda e a enxertia da vinha) e que asseguravam melhores salários. Poderiam desta forma garantir um montante mais elevado de rendimentos com origem no salário ocupando menos dias no trabalho por *conta de outrem, ao mesmo tempo que*, com os outros membros da família, se dedicavam ao cultivo de uma ou várias parcelas, que muitas vezes optavam por destinar a culturas sazonais (principalmente melão, tomate, milho).

Tal como acontecia nos concelhos do Norte do país, onde os investigadores reconhecem o predomínio das explorações e sociabilidades camponesas (O'Neill, 1984; Silva, 1998; Sobral, 1999), em Alpiarça poder-se-ia ser assalariado agrícola sazonalmente ou durante uma fase da vida, mas esta atividade concertava-se com o acesso direto ou indireto à terra, com a ocupação nas parcelas da família, com algumas atividades sazonais fora da agricultura (fábricas de telha, obras públicas, ofícios diversos). Verifica-se que a combinação da pluriatividade e do plurirendimento são muito frequentes. E, ao longo da vida, os indivíduos e as famílias tentam por diversas vias cumprir a ambição de explorar terra própria, se não na lezíria, pelo menos na charneca.

As ambições e os percursos dos alpiarcenses não se coadunam com a caracterização feita por Pacheco Pereira no início dos anos 80 e que continua a estar subjacente às interpretações sobre o *Sul*. Refere o autor que “os trabalhadores rurais descendem de uma população há muito proletarizada e com nulas relações com a terra: antigos escravos, soldados desertores, ciganos, vagabundos que em multidão atravessam a província, “criados de lavoura” e “serviçais”, cuja existência pode ser traçada até à Idade Média” (Pereira, 1983: 234). Estes são fatores que contribuem para que, segundo o autor, não haja *fome de terra* no Alentejo ou nos *campos do Sul*.

Estas percepções, ainda que incluam frequentemente o Ribatejo assentarão mais em dados relativos ao Alentejo. Contudo, a trajetória dos alpiarcenses também parece não estar em consonância com a dos vizinhos do Couço. Apesar da proximidade geográfica e da partilha dos mesmos valores ideológicos, não foi possível detectar em Alpiarça “uma genealogia do trabalho e outra da propriedade, nunca miscíveis em termos de sangue”, como as identificadas nesta freguesia por Paula Godinho (2001:81). Em Alpiarça, as classes sociais existem, tendo os alpiarcenses uma fina consciência do lugar social que cada um, e as respectivas famílias, ocupam no presente e no passado da vila, mas a mobilidade social ascendente é uma trajetória plausível e para tal os habitantes contam com os rendimentos obtidos da terra através do salário e da exploração direta.

MOVIMENTOS SOCIAIS: MEMÓRIAS E IDENTIDADES

O desenrolar da pesquisa mostrou que, nos discursos dos alpiarcenses, a valorização das ligações à terra ou ao trabalho nas genealogias familiares e nos percursos individuais não tinha, necessariamente, uma correlação direta com a origem e o peso dos rendimentos nos orçamentos domésticos. A valorização de uma ou de outra ligação assume, antes, distintas conotações geográficas e ideológicas. Ao contextualizar os dados individuais, verifica-se que na zona baixa da vila (lezíria e centro histórico) os percursos de vida e estatutos económicos não impedem que, frequentemente, nas construções identitárias destes grupos subalternos as características associadas ao *trabalhador rural, jornaleiro, assalariado, operário* surjam sobrevalorizadas a ponto de ocultarem outros traços. Enquanto na zona alta (charneca e povoamento mais recente), mesmo que os habitantes tenham estatutos económicos e sociais semelhantes aos dos residentes na vila, valorizam sobretudo as possibilidades de acesso à terra e não tanto os meios de obtenção de um salário.

As identidades são processos dinâmicos, que se desenvolvem no decurso dos relacionamentos entre os grupos sociais e que não carecem de fundamentos *objetivos e verdadeiros* para serem eficazes (Cuche, 1999). Neste caso, depois de demonstrada a coexistência de *fome de terra e de trabalho*, torna-se necessário compreender os processos de construção e a utilização dos traços identitários associados ao trabalho por conta de outrem no contexto dos movimentos sociais e políticos que marcaram o cotidiano da vila durante grande parte do século XX. Na estrutura social e na das ocupações disponíveis no país ser jornaleiro era estar no lugar menos prestigiado da escala social. Como vimos, em Alpiarça dizer-se jornaleiro ou trabalhador também não correspondia a um estatuto econômico e social aliciente, mas, em meados do século XX, para muitos, significava, simultaneamente, assegurar a preservação de uma *herança revolucionária* e fazer parte de uma *vanguarda revolucionária*. A convocação do Partido Comunista Português (PCP) para formas de luta e resistência, clandestinas e altamente arriscadas para os intervenientes, assentava em discursos que evocavam tanto valores (como liberdade, solidariedade, justiça social, etc.) tendencialmente universais, como a resolução de eminentes problemas dos trabalhadores locais (horários, montantes salariais, regalias específicas, *abusos* praticados por patrões e autoridades, etc.). No caso de Alpiarça verifica-se que algumas dessas reivindicações locais não pretendem introduzir algo de inovador nas relações laborais, mas que fazem parte de uma herança que os alpiarcenses fazem remontar às lutas desenvolvidas durante a I República (1910-1926).

Nessa altura, a exemplo do que aconteceu em outras localidades do Ribatejo e do Alentejo, os trabalhadores que tinham apoiado o derrube da Monarquia a 5 de Outubro de 1910, sentiram-se injustiçados pelos governos republicanos e desenvolveram intensos movimentos reivindicativos pela salvaguarda de direitos que consideraram adquiridos. Em Alpiarça, o desenrolar dessas lutas, fortemente impulsionadas por anarquistas e diversas tendências republicanas, culminou num acordo laboral com os maiores patrões do concelho em 1913. É a esse acordo que os discursos locais fazem remontar as condições mais vantajosas, relativamente ao que era praticado no resto do país, usufruídas por quantos eram reconhecidos pela comunidade como alpiarcenses. A principal regalia era o horário de trabalho: quando a regra nacional era o sol-a-sol, os alpiarcenses começaram a *ferrar* com uma ou duas horas de sol e a *largar* muito antes de escurecer, o que, mesmo contando com as variações sazonais, correspondia a menos de oito horas de trabalho

efetivo¹⁷ por dia. Como era prática comum no país até aos anos 80 do século XX (em que as regras de cada freguesia eram válidas apenas para os seus residentes), essas regalias estavam adstritas aos alpiarcenses: acompanhavam-nos quando estes iam trabalhar para outros concelhos e não podiam ser aplicadas àqueles que se deslocavam sazonalmente para esta localidade.

As circunstâncias que permitiram a preservação destes elementos dentro da comunidade e as formas como se compatibilizaram com as propostas do PCP são questões muito interessantes, mas que ultrapassam o âmbito deste artigo¹⁸. De qualquer modo é necessário referir que, apesar de os apoios locais ao PCP se estenderem a outros grupos sociais (comerciantes, profissões liberais, médios proprietários), as questões relacionadas com as condições laborais e de vida dos trabalhadores rurais estavam no cerne dos discursos e das atividades de oposição à ditadura. Grande parte das formas de resistência e de agitação que desde cedo levaram os alpiarcenses a conhecer a dureza da repressão e das prisões da ditadura, estavam associadas à compatibilização desse repertório de regalias que faziam parte da *herança revolucionária* com as circunstâncias econômicas, sociais e políticas de cada momento. Por exemplo, garantir que apesar de trabalharem menos horas tinham um salário igual ou superior aos congêneres dos concelhos vizinhos; assegurar que a concorrência dos ranchos migratórios ou as dificuldades de escoamento do vinho não deixava no desemprego os trabalhadores locais; velar para que os patrões aliados às autoridades ditatoriais não corroíam mesmo as *conquistas* que poderiam parecer *menores* (como a redução da qualidade do vinho fornecido aos trabalhadores). Para os alpiarcenses que, a par do salário, ambicionavam por explorar terra, a preservação dessas regalias facilitou-lhes a concretização dessas aspirações. Basta notar que, com um

17. A regra geral vigente no país até depois da Revolução de 1974 era o trabalho de sol-a-sol: chegar ao local de trabalho antes do sol nascer e abandoná-lo quando escurecia, conforme fosse Inverno ou Verão existiam diversas interrupções para refeições e descanso, que variavam conforme as localidades e as tarefas em execução (na prática trabalhava-se entre 9 a 11 horas diárias). Em algumas localidades do Sul e do Centro do país, as reivindicações dos trabalhadores apoiadas pelo PCP conduziram, a partir do início dos anos 60, ao estabelecimento de um horário efetivo de 8 horas diárias (descontando os períodos de descanso) como prática que se foi tornando comum.

18. Um dos momentos em que ficaram patentes as tensões entre as práticas locais e os objetivos do partido foi no início dos anos 60, quando o PCP estimulou uma vaga de lutas pela *conquista das oito horas para os rurais*. A partir de 1962, as formas de resistência adotadas pelos trabalhadores em várias localidades do Ribatejo e Alentejo conduziram à adoção dessa regalia em várias freguesias (Godinho, 2001; Pereira, 1983), mas em Alpiarça há muito que a regra era a jornada com menos de oito horas.

horário mais curto, lhes sobrava algum tempo para trabalhar e gerir as explorações por conta própria.

Se a ênfase dos traços identitários da *classe trabalhadora* poderia adequar a satisfação dos interesses materiais de muitos alpiarçenses aos objetivos políticos das reivindicações locais, estes eram, igualmente, os que estavam em consonância com os discursos do PCP. Na tentativa de criar uma *frente unida* contra o Estado Novo, o PCP desenvolveu clandestinamente uma rede de militância que, desde os anos 40, procurava persistentemente manter-se ativa nos campos e conectar os *operários rurais* com os *operários industriais* das cidades. Os alpiarçenses com menores rendimentos, a par dos congêneres de algumas localidades do Ribatejo e do Alentejo, empenharam-se em fazer parte dessa frente de luta contra um regime ditatorial que não só lhes coarctava as ambições de *melhorar de vida*, como punha em causa a legitimidade das regalias antes conquistadas. Quando o jornal *Avante!* titulava «*Greve Vitoriosa dos Trabalhadores de Alpiarça*» e descrevia a forma corajosa como os «*operários e operárias agrícolas*» fizeram greve pelo aumento de salário (*Avante!* Ano 28 - série VI - Nº269; 1ª Quinzena de Janeiro de 1959), as fontes de rendimentos dos habitantes não impediriam que se sentissem representados nesses artigos. Este jornal clandestino e outra literatura proveniente do partido fomentavam a consciência política, aprofundando o sentido de pertença a um movimento mais vasto e com apoios internacionais, que lhes prometia melhores condições de vida. Este era, afinal, um objetivo comum a quantos sabiam fazer parte dos grupos sociais mais desfavorecidos. É certo que alguns dos habitantes locais, mais ligados aos resquícios da dinâmica elite republicana de outrora, mesmo fazendo parte dessa rede clandestina poderiam não se sentir representados. Todavia, eram incapazes de contrariar a *força das massas* e a importância do PCP para sustentar a oposição ao regime.

Apesar da capacidade de mobilização do PCP na zona baixa do concelho e da projeção que essas ações reivindicativas tiveram nos planos nacional e internacional, as *lutas* não incluíram os habitantes da charneca. Quer nos documentos escritos quer nos discursos dos residentes no centro histórico do concelho, os que exploravam as parcelas da zona alta eram apresentados como *pequenos* ou *pobres agricultores* e, sobretudo, como *rendeiros* e *cultivadores*, desvalorizando a componente salarial dos seus rendimentos. Todavia, em alguns casos esse potencial de descontentamento não foi ignorado pelos membros do PCP dos concelhos vizinhos (mais notório em Almeirim), onde globalmente o partido tinha uma implantação menor. Mas em Alpiarça, não se vislumbra a presença do partido nem nas *grandes lutas* desenvolvidas pelos rendeiros da Quinta da Goucha nos anos 40, nem nas formas de resistência que estes continuaram a

promover nas décadas seguintes. E o mesmo se passa no processo que conduziu à expulsão dos *cultivadores* do Vale da Lama, na segunda metade dos anos 50, uma altura de forte presença do PCP no centro histórico da vila.

Uma parte das explicações para este afastamento do PCP da vila, dos *movimentos reivindicativos* que decorriam a escassas centenas de metros dentro da área do concelho, poderá encontrar-se dentro da própria comunidade. Um fator seria a aceção de que esses *cultivadores* poderiam não ser *exatamente* alpiarçenses, não só porque eram migrantes mais recentes, mas também porque teriam mais afinidades familiares com outros que residiam nas charnecas dos concelhos vizinhos (Almeirim e Chamusca). Além de não poderem reivindicar essa *herança revolucionária* do início do século XX (quando a charneca estava praticamente despovoada), estariam afetivamente mais próximos de Almeirim e da Chamusca, ficando assim excluídos dos *quadros sociais* que sustentavam a partilha da memória de *luta* pelos valores da liberdade e da democracia que, em algumas narrativas, se estende até às primeiras décadas do século XIX. Mais, em meados do século XX, as tentativas de fortalecimento dos laços identitários entre os vários grupos sociais presentes na vila valorizavam o processo, historicamente atribulado, de emancipação dos alpiarçenses relativamente às estratégias de domínio ou aniquilação protagonizadas pelas elites dos outros concelhos. A ditadura, aliás, não deixou de dar pretextos para um aprofundamento das rivalidades entre Alpiarça e os vizinhos concelhos da Chamusca e de Almeirim. Outro aspecto, ainda, remete para as energias requeridas pela salvaguarda dessa herança de direitos laborais e de valores democráticos. Como me disse um dos meus informantes, “*havia tanto que fazer aqui, que não havia tempo para ir lá para cima*”.

De qualquer modo, a aliança entre operários e camponeses, ainda que doutrinarmente admitida, não foi uma prioridade para o PCP. Se o tivesse sido, talvez a luta se tivesse estendido a essa zona do concelho. Essa aliança, mesmo quando enunciada, pressupunha uma subordinação dos camponeses aos operários, considerados a vanguarda da revolução e os educadores das massas (Neves 2008). Se a correspondência rural dos operários industriais eram os trabalhadores agrícolas, os outros traços identitários foram minimizadas ou ignorados. Têm sido amplamente discutidos pelos investigadores, os fundamentos ideológicos e as consequências políticas de durante décadas os camponeses terem sido vistos como um grupo condenado à extinção (Silva, 1998). Uma análise mais aprofundada do caso de Alpiarça poderá contribuir para esclarecer como a memória e as dinâmicas da comunidade se conjugaram com a doutrina partidária, quer para assimilar, quer para excluir os pequenos agricultores existentes no concelho. Note-se, todavia, que aqui a *vanguarda da luta* foi

assegurada pela concretização de uma aliança constantemente renovada entre a terra e o trabalho.

CONCLUSÃO

Retomando as questões colocadas no início, entendo que o mais relevante não é discutir se Alpiarça é uma comunidade com características sócio-econômicas que a enquadram no *Norte*, no *Sul* ou numa zona de transição. Mais pertinente é averiguar até que ponto as interpretações dos cientistas sociais têm permitido perceber as dinâmicas econômicas, sociais e políticas que caracterizam as comunidades rurais nas diferentes geografias do país. Numa época, em que é notória a necessidade de analisar as sociedades em perspectiva histórica, confrontando-as constantemente com a cronologia e com a memória (Aróstegui, 1998), tais averiguações não poderão dispensar o recurso a diferentes perspectivas de análise e a fontes escritas e orais de diversas proveniências. Essas averiguações beneficiarão também da releitura das já numerosas, apesar das lacunas, monografias elaboradas pelos Cientistas Sociais.

Apesar de, nas últimas décadas, os estudos rurais e agrários não terem estado no centro das agendas de investigação em Portugal, o conjunto de monografias acadêmicas publicadas desde os anos 40 por geógrafos, antropólogos, agrônomos, sociólogos e historiadores constitui um manancial de informação cuja revisitação continua a ser indispensável. É certo que esses estudos são mais numerosos para as áreas de predomínio dos camponeses e que apresentam perspectivas teóricas e métodos de pesquisas muito diversos. Contudo, fornecem, muitas vezes, dados minuciosos sobre práticas e discursos que podem não ter deixado rasto em outras fontes.

Muitos dos relatórios, inquéritos e outros estudos produzidos durante os séculos XIX e boa parte do XX tendem a construir visões do *campo* como o oposto da imagem do *presente*. Tratava-se de “um presente marcado pelo conflito de valores, pela contestação das hierarquias sociais e políticas, pela constituição de vastos espaços sociais – as cidades industriais –, que iriam a pouco e pouco conduzir o campo a um lugar secundário” (Sobral 1999: 40). Estas áreas surgiam como “Um mundo fechado, voltado para a auto-subsistência, caracterizado pelo inter-conhecimento entre os seus membros, dominado pela família e pelo parentesco, pela solidariedade e entreaajuda entre vizinhos, unidos pela partilha de uma tradição comum” (Sobral, 1999: 40). Para estes autores, esse mundo “contrastaria em absoluto com o egoísmo e o individualismo desenfreados dos novos tempos e grupos sociais” (*ibidem*).

Desde os anos 80 que, principalmente para as áreas de predomínio dos camponeses, alguns autores têm vindo a explicitar e a criticar os pressupostos

teóricos subjacentes a estas interpretações, conduzindo à crítica e à revisão de algumas dessas imagens. Num estudo (ainda) incontornável, Brian O'Neill refere que na Península Ibérica os aldeãos convenceram vários investigadores de que eram todos iguais e o mesmo insinuaram os habitantes da aldeia de Vinhais (Bragança) que estudou na segunda metade dos anos 70. Contudo, apesar dos comentários iniciais acerca da “sua relativa igualdade local” (O'Neill, 1984: 21), o autor demonstrou que as diferenças econômicas e sociais existiam e que eram fundamentais para compreender a organização da comunidade e as condições de exploração aos recursos. Por seu lado, Manuel Carlos Silva (1998) realça as distorções analíticas sobre os grupos e as relações sociais dominantes no Norte de Portugal a que conduziram várias correntes teóricas usadas pelos cientistas sociais. Entre outros aspectos, o autor põe em causa as interpretações marxistas que apresentavam os camponeses como conservadores e reacionários e como um grupo social condenado à extinção (Silva, 1998: 40-67). Ainda que possam não ser igualmente reconhecidas pelas várias disciplinas e que não tenham sido incorporadas no senso comum, as mudanças de perspectivas acerca das comunidades do *Norte* não podem ser ignoradas nas análises dos cientistas sociais.

Acerca do *Sul* do país, menos estudado, persistem as perspectivas construídas nas décadas de 70 e 80, marcadas pelos estudos de José Cutileiro (1977) e de outros autores - de que o mais citado tem sido Pacheco Pereira (1983) - que escreveram sobre os movimentos sociais desde o início do século XX e as condições de adesão ao PCP. A forte estratificação social, descrita por José Cutileiro e revelada pelas estatísticas oficiais, coaduna-se com a construção da imagem de uma classe de assalariados agrícolas com uma homogeneidade econômica e social, conferida pela dependência de um salário incerto e escasso, que fomentaria uma *consciência de classe* e uma *consciência política* que se tornaram notórias nas reivindicações laborais desencadeadas durante o século XX. Têm-se salientado as condições de coexistência e as contradições entre latifundiários e trabalhadores ou entre *ricos e pobres*, mas tem sido dado escasso relevo a outros aspectos, entre os quais, as diferenciações intrínsecas a cada uma destas classes sociais e o carácter muitas vezes transitórios dos estatutos sócio-econômicos dos grupos sociais menos *ricos*.

Todavia, mesmo que não lhe atribuam relevo interpretativo, raros são os autores que não referem a existência instável de outros grupos sociais, cuja ação pode ser determinante em certas conjunturas políticas e econômicas. Desde logo, para o Alentejo, tanto José Cutileiro (1977) como Pacheco Pereira (1983) referem a existência de diversos grupos sociais, como os seareiros. Margarida Fernandes (2006) comenta que em Baleizão (Beja), nos anos 70, os pequenos

proprietários eram pouco numerosos. Se o mesmo tinha sido notado por Afonso de Barros nos anos 80 em Albernoa (Beja), este autor reconhece que, apesar de não serem em elevado número, estes desempenhavam papéis importantes na comunidade (Barros, 1986). Na ribatejana freguesia do Couço (Coruche), Paula Godinho também detectou, que entre trabalhadores rurais e grandes proprietários existem “grupos mesclados de entremeio, que incluíam seareiros e rendeiros” (Godinho, 2001:80). Como salientou recentemente Renato Carmo, uma análise mais atenta das estatísticas oficiais mostra que a complexidade social do Alentejo é maior do que as imagens de rígida estratificação que têm sido recorrentemente apresentadas (Carmo, 2007).

É plausível admitir que, tal como tem acontecido para outros países da Europa do Sul onde as imagens referidas por José Sobral tiveram larga aceitação, a multiplicação de pesquisas promovidas pelos cientistas sociais permita compreender a complexidade de interesses, perspectivas e objetivos que atravessam a sociedade contemporânea em Portugal. Como refiro com mais detalhe em outro sítio (Freire, 2007), essas abordagens beneficiam do recurso a métodos de pesquisa que permitam recolher dados quantitativos e qualitativos de diferentes proveniências. Além de uma crítica das fontes estatísticas produzidas pelo Estado (cujas incongruências conduzem facilmente a visões distorcidas do passado), tornar-se-á possível contrariar invisibilidade do mundo rural na História Contemporânea de portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, M., FERREIRA, A. C. *Relatório das possibilidades de aproveitamento das zonas de sequeiro do Sul. Distrito de Santarém*. 1948. Relatório dactilografado, Junta de Colonização Interna, Lisboa.

ANDRADE, A. de N. *Relatório das cheias do Tejo e outros rios no Inverno de 1935-1936. Separata do Anuário dos Serviços Hidráulicos de 1936*. 1938. Imprensa Nacional, Lisboa

ARÓSTEGUI, J. «Historia y tiempo presente. Un nuevo horizonte de la historiografía contemporaneista», *Cuadernos de Historia Contemporânea*, nº20. pp 15-18. 1998.

BAPTISTA, F. O. *A política agrária do Estado Novo*. 1993. Edições Afrontamento. Porto.

BARROS, A. De. *Do latifundismo à reforma agrária. O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*. 1986. Centro de Estudos de Economia Agrária/Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

CARMO, R., «As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX», *Análise Social*, vol.XLII (184). pp811-835. 2007.

COUTO, G. T. do. *Breve notícia de Almeirim*. 1991 [1859]. Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Almeirim. Almeirim.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 1999. Fim de Século. Lisboa.

CUSTÓDIO, F. (coord). *Alpiarça. As casas e os homens*. 2000. 3vols. Câmara Municipal de Alpiarça. Alpiarça.

CUTILEIRO, J. *Ricos e pobres no Alentejo*. 1977. Sá da Costa. Lisboa.

FERNANDES, M. *A terra de Catarina. Do latifúndio à Reforma Agrária, ocupações de terras e relações sociais em Baleizão*. 2006. Celta Editora. Oeiras.

FERNÁNDEZ PRIETO, L. «Mito y realidad del atraso tecnológico en las agriculturas españolas del siglo XX», In *Societés rurales du XXe Siècle, France, Italia, Espagne*, Jordi Canal, G. Pécout, M. Ridolfi (dir) Rome, École Française de Rome. Rome. 2004.

FERNÁNDEZ PRIETO, L. (dir). *Terra e progreso. Historia agraria da Galicia contemporânea*. 2000. Edicións Xerais de Galicia. Vigo.

FREIRE, D. *Produzir e beber. A crise dos anos 30 e a questão vinícola em Portugal*. 2010. Edições Áncora. Lisboa.

FREIRE, D. *Portugal e a terra. Itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX*. 2007. Dissertação (Doutoramento em História Económica e Social Contemporânea) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

GODINHO, P. *Memórias da resistência rural no Sul. Couço 1958-1962*, 2001. Celta Editora. Oeiras.

JÚNIOR, A. A. *Ribatejo vinícola*. 1946. Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Ministério da Economia, Lisboa.

MARTINS, C. A. «A filoxera e a vitivinicultura nacional», *Análise Social*, V. XXVI (112/113). pp 653-688. 1991.

MENDRAS, H. *La fin des paysans vingt ans après. Suivi d'une reflexion sur la fin des paysans*. 1984. Actes Sud. S.l.ed.

NEVES, J. *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*. 2008. Tinta da China. Lisboa.

O'NEILL, B. *Proprietários, lavradores e jornaleiros*. 1984. Publicações D. Quixote. Lisboa.

PEREIRA, J. Pacheco, 1983, *Conflitos sociais nos campos do Sul*. 1983. Publicações Europa-América. Mem Martins.

X Recenseamento geral da população. No Continente e Ilhas Adjacentes. T. I, V.1º. Prédios e fogos; população – dados retrospectivos (distritos, concelhos e freguesias), 1960, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H., DAVEAU, S., *Geografia de Portugal, IV. A vida económica e social*, 1994. Edições João Sá da Costa. Lisboa.

SCOTT, J. *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human conditions have failed*. 1998. Yale University Press. New Haven.

SILVA, M. C. *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. 1998. Edições Afrontamento. Porto.

SILVA, J., REIS, A., CAMILO, F. *Mouchão do Inglês. Inquérito económico-social no perímetro*. 1962. Relatório dactilografado, Junta de Colonização Interna. Lisboa.

VALENTE, V. C., SAMPAIO, J. S. 1955, *Inquérito agrícola e florestal ao concelho de Alpiarça*. 1955. Relatório dactilografado, Plano de Fomento Agrário, Ministério da Economia, Lisboa.

VILLARES, R. «Política y mundo rural en España contemporánea. Algunas consideraciones historiográficas», In *La politisation des campagnes au XIXe siècle. France, Italie, Espagne, Portugal*. 2000. École Française de Rome. Rome.

Imagens do mundo rural na transição democrática portuguesa: o caso das Campanhas de dinamização cultural e ação cívica do MFA (1974-1975)

Sónia Vespeira de Almeida¹

MAMOUROS (CONCELHO DE CASTRO DAIRE), 1975.



Fonte: Arquivo particular Manuel Cruz Fernandes

1. Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de Antropologia. Centro em Rede de Investigação em Antropologia – Pólo Nova. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. sonia.almeida@fcs.h.unl.pt